



**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CNPJ/MF nº 33.050.196/0001-88

NIRE Nº 353.000.437-31

DATA, HORA E LOCAL: 7 de maio de 2001, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Diretoria, situada na Rodovia Campinas-Mogi Mirim, km 2,5, em Campinas-SP. **PRESENÇA:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **PRESIDENTE:** Carlos Ermírio de Moraes. **SECRETÁRIA:** Vanessa Gramani. **PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES:** (I) deliberaram, com base nos poderes delegados ao Conselho de Administração pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas realizada em 25 de abril de 2001 (a "AGOE"), que deliberou sobre a primeira emissão de debêntures da Companhia (a "1ª Emissão" e as "Debêntures"), **aprovar**, por unanimidade, as seguintes características e condições das Debêntures: (i) **Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública em mercado de balcão, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 13/80, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores da distribuição (os "Coordenadores"), inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos; (ii) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88; (iii) **Remuneração:** a remuneração das Debêntures, conforme

**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

definida pela AGOE, observará a seguinte sistemática de cálculo: (a) as Debêntures da 1ª série da 1ª Emissão (a "1ª Série") farão jus a remuneração, com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), acrescida de taxa máxima de juros de 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, que será definida conforme descrito abaixo. O valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série será atualizado pela variação do IGP-M, a partir de data de emissão das Debêntures (a "Data de Emissão") até a data de vencimento da 1ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos (o "Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série"). O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série será calculado por meio da capitalização do montante correspondente à parcela do IGP-M, que será incorporado ao valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série. O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures (a "Escritura de Emissão"), será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não sendo devida, quando da divulgação do IGP-M devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de extinção do referido índice pela superveniência de normas legais ou regulamentares, o agente fiduciário da 1ª Emissão (o "Agente Fiduciário") deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Companhia, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Companhia, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente



**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação em cronograma estipulado pela Companhia, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a última variação percentual divulgada para o IGP-M. A taxa de juros incidirá sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), nas datas de pagamento da remuneração da 1ª Série. A taxa de juros será definida em processo de *bookbuilding*, observado o valor máximo de 11,75 % a.a. O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. A taxa de juros final será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures da 1ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 1ª Série. Ao final deste processo, o Conselho de Administração fixará a taxa de juros, utilizando-se dos poderes que lhe foram delegados na AGOE. A taxa de juros final, verificada por meio do processo de *bookbuilding*, constará de aditamento à Escritura de Emissão. Para fins de remuneração das Debêntures da 1ª Série, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração da 1ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série serão devidos no dia 01 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 2002 e o último pagamento devido em 2008; (b) as Debêntures da 2ª série da 1ª Emissão (a "2ª Série"), serão remuneradas anualmente com base



**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente, de *spread* ou sobretaxa máxima de 0,5% (cinco décimos por cento) (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”). O Acréscimo sobre a Taxa DI incidirá sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, devendo ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, nas datas de pagamento da remuneração da 2ª Série. O Acréscimo sobre a Taxa DI será apurado de acordo com o procedimento de *bookbuilding* a ser organizado e conduzido pelos Coordenadores, que consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 2ª Série em diferentes níveis de *spread*. A remuneração final será equivalente à Taxa DI acrescida, exponencialmente, do menor *spread* oferecido pelos investidores para lotes de Debêntures da 2ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 2ª Série. Ao final deste processo, o Conselho de Administração fixará o Acréscimo sobre a Taxa DI, utilizando-se dos poderes que lhe foram delegados na AGOE. O Acréscimo sobre a Taxa DI constará de aditamento à Escritura de Emissão. Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento de remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo



**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Companhia, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Companhia, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em cronograma estipulado pela Companhia, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida. Os juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série serão devidos no dia 01 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 2002 e o último em 2006; (iv) **Amortização:** as Debêntures da 1ª Série serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira, correspondente a 50% do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série, devida em 01.06.2007 e a segunda, correspondente ao saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série, devida em 01.06.2008, por ocasião do vencimento das Debêntures da 1ª Série. As Debêntures da 2ª Série serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira, correspondente a 50% do valor nominal, devida em 01.06.2005 e a segunda, correspondente ao saldo do valor nominal, devida parcela em 01.06.2006, por ocasião do vencimento das Debêntures da 2ª Série; (v) **Repactuação:** Não haverá repactuação para as Debêntures; (vi)



17 0001

**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

Preço e Forma de Subscrição e Integralização: A subscrição das Debêntures será efetuada com observância dos procedimentos do SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; **(vii) Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo do Artigo 55, da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas em mercado; **(viii) Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures de uma ou de ambas as séries em circulação, pelo pagamento do saldo de seu valor nominal unitário não amortizado na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data, da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração respectiva. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo primeiro do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76 e poderá ser total ou parcial relativamente a cada série sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio; **(ix) Juros Moratórios e Multa:** sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou



**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia; **(x) Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos: **(a)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou suas subsidiárias em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; **(b)** pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Companhia; **(c)** liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia; **(d)** falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; **(e)** vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão; **(f)** perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição n.º 014/1997, celebrado pela Companhia e pela União Federal em 20.11.1997; **(g)** alienação, total ou parcial, por qualquer uma das seguintes sociedades: Serra da Mesa Energia S.A., 521 Participações S.A., Bonaire Participações S.A. e Draft II Participações S.A., de suas



17.05.01

**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

participações no capital social da Companhia, ressalvadas as alienações entre tais sociedades; e **(h)** não manutenção pela Companhia dos Índices e Limites estabelecidos no item (xii) abaixo. A declaração de vencimento antecipado deverá ser efetivada mediante notificação extrajudicial enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, por meio de Cartório de Títulos e Documentos; **(xi) Local de Pagamento:** os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela CETIP ou, caso o Debenturista não participe do sistema CETIP, pelo Banco Mandatário ou na sede da Companhia; **(xii) Índices e Limites:** a Companhia se obrigará a manter, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, os seguintes Índices e Limites (os "Índices e Limites"): **(a)** a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras, maior ou igual a 1,5 vez; e **(b)** o nível de Capital Próprio de, no mínimo, 40% da Capitalização Total e de Capital de Terceiros de, no máximo, 60% da Capitalização Total. Para fins deste item (xii), entende-se por: **(a)** EBITDA, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização; **(b)** Despesas Financeiras, a soma algébrica das despesas financeiras, excluindo os juros sobre o capital próprio, conforme publicado nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, de acordo com o Plano de Contas do Setor Elétrico; **(c)** Capital de Terceiros, a soma algébrica dos recursos financeiros obtidos de terceiros pela Companhia em virtude de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive debêntures; e **(d)** Capitalização Total, a soma algébrica do saldo devedor de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive debêntures, da Companhia e de seu patrimônio líquido contábil. Os Índices e Limites serão apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras completas da Companhia, sem considerar suas subsidiárias e controladas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM. **ENCERRAMENTO:** Franqueada a palavra e não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente encerrou a reunião, determinando fosse lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pela Secretária da Mesa e pelos



ATA
Nº 0500


**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2001**

Conselheiros presentes. Carlos Ermirio de Moraes - Presidente, Antonio Audelino Correa Filho, Raphael Antonio Nogueira de Freitas, José Said de Brito, Roger Agnelli, Renato Luiz Belinete Naegele, Arlindo Magno de Oliveira, Carlos Alberto Cardoso Moreira, Eliane Aleixo Lustosa Thompson Flores, Luiz Mauricio Leuzinger, Valeria Maria de Paula Rezende, Francisco Caprino Neto, Paulo de Tarso Gaeta Paixão, Vanessa Gramani - Secretária.

Declaro que o presente é extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 07/05/01 e confere com o texto original transcrito em livro próprio.

Campinas, 07 de maio de 2001.


Vanessa Gramani
Secretária


Vladimir Nolasco
ADVOCADO - OAB/SP 109.898
RG 15.663.858 - CPF/MF 066.853.488-52

